



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

Secretaria Geral Parlamentar  
Secretaria de Documentação  
Equipe de Documentação do Legislativo

### **PROJETO DE LEI 01-00452/2021 da Vereadora Sonaira Fernandes (REPUBLICANOS)**

Dispõe sobre a proibição da ideologia de gênero nas escolas da rede pública e privada do município de São Paulo.

A CÂMARA MUNICIPAL DA CIDADE DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º - Fica vedado, na rede pública de ensino no âmbito Municipal e nas entidades privadas da Cidade de São Paulo, por parte dos orientadores, diretores, coordenadores e qualquer funcionário subordinado a rede pública ou privada, a institucionalização acerca de conteúdo curricular e orientação pedagógica, que dissemine:

I - a utilização da ideologia de gênero, dentro ou fora, da sala de aula;

II - orientação sexual;

III - a propagação de conteúdo pedagógico que contenha orientação sexual, que cause ambiguidade na interpretação que possa comprometer, direcionar ou desviar a personalidade natural biológica e a respectiva identidade sexual da criança e do adolescente;

IV - veicular qualquer tipo de acesso a conteúdo sexual que possa constranger os alunos, ou faça qualquer menção a atividade que venha intervir na direção sexual da criança e do adolescente.

Parágrafo único. O disposto desta Lei aplica-se, no que couber:

a. As políticas e planos educacionais e às propostas curriculares;

b. Filmes, danças, fotografias e peças teatrais educativas;

c. Aulas, palestras, vídeo conferência, atividades ministradas por conteúdos de internet, ou ainda, fora do expediente de aula em debates no interior da escola;

d. Às provas e avaliações durante todo o ano letivo.

Artigo 2º - O planejamento educacional deverá abordar matérias que garantam somente o que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB dispõe, respeitando os direitos da família e dos educandos a receberem, fora do âmbito escolar, a orientação sexual de acordo com as convicções morais de seus pais ou responsável legal.

Artigo 3º - A transgressão da referida Lei por parte dos orientadores educacionais, seja da rede pública ou privada, estarão sujeitos às seguintes penalidades:

I - no caso da transgressão por parte do funcionário público, incorrerá na penalidade disposta no artigo 184, II, da Lei nº 8.989, de 29 de outubro de 1979, que regulamenta o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de São Paulo;

II - sendo o infrator funcionário de instituição privada será imposta multa no valor de um salário mínimo vigente a época da infração.

III - Em caso de reincidência, será aplicada multa no dobro do valor da infração supradita, e assim sucessivamente.

Parágrafo único - No caso de reincidência praticada por funcionário público, incorrerá nas penas previstas no artigo 184, II, e no artigo 186 parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 8.989, de 29 de outubro de 1979.

Artigo 4º - O diretor, coordenador, ou qualquer funcionário que exerça função de supervisor da instituição de ensino deverá fiscalizar rigorosamente seus docentes, a fim de garantir a eficácia da presente lei e, no caso de haver constatação de qualquer irregularidade por parte do corpo docente, deverá denunciá-lo imediatamente, sob pena de responder em solidariedade pelas penas previstas em lei.

Parágrafo único. Para fins desta lei, a denúncia imediata consiste em tomar providências antes de qualquer denúncia externa, sob pena de ser considerada absolutamente ineficaz, incorrendo solidariamente pela infração.

Artigo 5º - O conteúdo desta lei deverá ser abordado no ato da matrícula do aluno, onde serão informados sobre a primazia dos valores familiares nas questões sexuais e ideológicas, bem como sobre os limites morais e jurídicos de qualquer atividade vinculados à questão.

Parágrafo único. O caput do artigo 1º desta lei deverá ficar afixada na parede da instituição de ensino, de modo que qualquer pessoa possa ter fácil leitura do conteúdo proibitivo de orientação sexual, sob qualquer pretexto no interior da instituição de ensino, inclusive em salas de professores, salas onde ocorrem reunião de pais, e de trânsito de alunos.

Artigo 6º As denúncias serão recebidas através da ouvidoria geral do município, órgão responsável por receber reclamações que visam às garantias fundamentais da administração pública, dentro do âmbito educacional.

Parágrafo único. As denúncias deverão ser realizadas com um mínimo de indício de veracidade, para que não ocorra injustiça quanto à aplicabilidade da pena.

Artigo 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 07 de julho de 2021.

Às Comissões competentes.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial da Cidade em 09/07/2021, p. 106

Para informações sobre este projeto, visite o site [www.saopaulo.sp.leg.br](http://www.saopaulo.sp.leg.br).